

**Conselho de Administração****DELIBERAÇÃO Nº 13/CA/2017****de 13 de Dezembro****Aprovação da Credenciação da Entidade de Certificação de Identificação e Autenticação Civil e sua cadeia hierárquica**

O Decreto-Lei n.º 33/2007, de 24 de Setembro, que regula o uso da assinatura eletrónica, o reconhecimento da sua eficácia jurídica, a atividade de certificação, bem como a contratação eletrónica, estatui no seu artigo 73º, que as funções de Autoridade Credenciadora das Entidades de Certificação (EC) são atribuídas à Agência Nacional das Comunicações (ANAC) que, conforme dispõe a alínea a) do artigo 74º é competente para acreditar as Entidades de Certificação.

Ainda, nos termos do número 3 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 44/2009, de 09 de Novembro, a ANAC é competente para emitir o certificado de credenciação das entidades certificadoras e exercer as competências de credenciação previstas no Decreto-Lei nº 33/2007, de 24 de Setembro, e nas respetivas regulamentações.

Neste sentido, a equipa técnica de credenciação da ANAC, no âmbito das suas competências e em resposta à solicitação de credenciação da Direção Geral de Registos, Notariado e Identificação (DGRNI), realizou uma auditoria à Entidade de Certificação de Identificação e Autenticação Civil (EC IAC), que é a entidade criada no âmbito do Sistema Nacional de Identificação e Autenticação Civil (SNIAC), com a missão de gestão do ciclo de vida dos certificados do Cartão Nacional de Identificação (CNI).

Assim sendo e considerando:

- a) O Relatório de Auditoria complementar das Entidades Certificadoras do Cartão Nacional de Identificação de Cabo Verde EC IAC e EC e ID, de 03 de Novembro de 2017, elaborado pela Autoridade Credenciadora;
- b) O Termo de Compromisso, apresentado e assinado pela representante da Direção Geral de Registos, Notariado e Identificação, nº 01/2017, de 12 de Dezembro de 2017;
- c) O Parecer emitido pela equipa de Credenciação da ANAC, sobre o Termo de compromisso nº 01/2017.

O Conselho de Administração da Agência Nacional das Comunicações, reunido na sua reunião extraordinária, de 13 de Dezembro de 2017, e ao abrigo do disposto no n.º 3, do artigo 7.º do Decreto-Lei nº 44/2009, de 09 e Novembro, da alínea q) do número 3 do artigo 11º, dos Estatutos da ANAC, aprovado pelo Decreto-Lei nº 33/2015, de 04 de Junho, delibera o seguinte:



**Artigo 1º**  
**Aprovação**

É aprovada a Credenciação da Entidade de Certificação de Identificação e Autenticação Civil (EC IAC) e sua estrutura hierárquica, que se encontra sobre a tutela da Direção Geral de Registos, Notariado e Identificação, no âmbito da implementação do SNIAC.

**Artigo 2º**  
**Validade da Credenciação**

A credenciação é válida pelo período de três anos, podendo ser objeto de renovação por períodos de igual duração.

**Artigo 3º**  
**Implementação**

1. A Entidade de Certificação Raiz de Cabo Verde (ECR-CV) disponibiliza exclusivamente o serviço de certificação digital para a Emissão de certificados, e gestão do seu ciclo de vida, às Entidades Certificadoras credenciadas.
2. A Entidade de Certificação Raiz de Cabo Verde assina o Certificado da Entidade de Certificação de Identificação e Autenticação Civil (EC IAC) num prazo máximo de 5 dias úteis.

**Artigo 4º**  
**Disposições Legais Aplicáveis**

A Entidade de Certificação de Identificação e Autenticação Civil (EC IAC) está sujeita às disposições legais existentes e aplicáveis relacionadas com a credenciação.

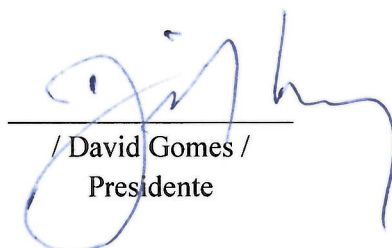
**Artigo 5º**  
**Entrada em vigor**

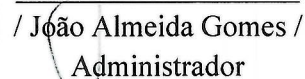
A presente Deliberação entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Praia, aos 13 de Dezembro de 2017

O Conselho de Administração,



  
/ David Gomes /  
Presidente

  
/ João Almeida Gomes /  
Administrador

  
/ Policarpo de Carvalho /  
Administrador